

Documentação

Fontes: JDU, SL (68)

Data: 08/04/2003 Pg 38-41

Class: KGD 00 116

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 7 de abril de 2003

Nº 32 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1699/96, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria dos antropólogos HEBER ROGÉRIO GRÁCIO e ELIANE DA SILVA SOUZA PEQUENO que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena RIO DOS ÍNDIOS de ocupação do grupo tribal Kaingang, localizada no município de Vicente Dutra, Estado do Rio Grande do Sul.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, do Resumo do Relatório Circunstanciado; Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO

DA TERRA INDÍGENA RIO DOS ÍNDIOS

Referência: Processo FUNAI/BSB/1699/96. Terra Indígena: Rio dos Índios. Localização: Município de Vicente Dutra, Estado do Rio Grande do Sul. Superfície: 715 ha. Perímetro: 13 km. Sociedade Indígena: Kaingang. Família lingüística: Kaingang. População: 41 pessoas (2000). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 101/PRES de 23 de fevereiro de 2000, coordenado pelo antropólogo Héber Rogério Grácio.

ESCLARECIMENTOS

Os estudos de identificação e delimitação da TI Rio dos Índios ocorreram por determinação da Portaria 101/PRES/00, assim constituída: Héber Rogério Grácio, antropólogo coordenador; Otávio Alexandre Gurgel de Pontes Silva, engenheiro florestal; Sérgio de Campos, engenheiro agrimensor; Arnoldo Pedro Pinto, técnico agrícola e o topógrafo, Egon Rudi Schneider, técnico cedido pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul. A Portaria nº 400/PRES de 19.05.00 alterou o art. 1º da Portaria 101/PRES/00, incluindo no grupo técnico a socióloga Joani Silvana Capiberibe de Lyra. Os trabalhos de campo foram prorrogados por meio das Portarias nº 623, de 05.06.00 e nº 782, de 09.08.00 e executados no período de sessenta e nove dias iniciados no dia 29.05.00. Os dados e as informações coletadas foram organizados conforme a Portaria nº 14/MJ/96.

I PARTE: DADOS GERAIS

A TI Rio dos Índios localiza-se na porção noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, próxima às divisas com o Estado de Santa Catarina e com a Argentina. Assim, insere-se na microrregião do médio Uruguai, às margens do lajeado do Prado, distando-se cerca de 500 km, à noroeste de Porto Alegre. Toda a região do médio curso

do Uruguai é historicamente caracterizada como área de ocupação imemorial dos Kaingang, havendo ali uma grande concentração de TIs reconhecidas pelo Estado Brasileiro em benefício desta etnia. Essa concentração leva a uma relação muito estreita entre as distintas comunidades Kaingang, fato que fortalece a noção de pertencimento de cada comunidade a uma totalidade do povo Kaingang.

A atual distribuição espacial das terras indígenas Kaingang encontra-se intensamente relacionada com o processo de ocupação não-indígena no Rio Grande do Sul, o qual se efetiva nos moldes da colonização ocorrida por quase toda a região sul do Brasil, ou seja, sustentado-se na imigração européia, representada principalmente por colonos italianos e alemães, o que conferiu à malha fundiária do estado uma predominância de minifúndios rurais. Na região da TI Rio dos Índios, a colonização teve início por volta de 1910, pela ação de fazendeiros e ervateiros em busca dos rios, campos e ervais existentes nesta região. Esta área permaneceu inóspita e pouco povoada até 1930 devido ao seu difícil acesso. Na década de 1940 ocorreu à maior parte de processo de divisão das terras do Município de Vicente Dutra. Porém, a década de 70 marcou uma verdadeira revolução agrária, urbana e econômica da região. Esse processo de desenvolvimento vem causando ao longo do tempo uma intensa pressão fundiária e problemas de poluição dos solos e das águas o que afeta de forma direta a presença indígena.

Todos esses fatores estão presentes na memória da comunidade e são respaldados por registros históricos e documentais. Os índios afirmam, quando retratam o histórico de sua presença na região, que a TI Rio dos Índios é um espaço historicamente ocupado pelas famílias oriundas principalmente da TI Kaingang de Iraf e, em menor escala, de outras terras Kaingang próximas. Nas distintas entrevistas realizadas junto às comunidades das Terras Indígenas Rio dos Índios e Kaingang de Iraf são comuns as referências onde seus membros percorriam em poucas horas a distância que separa as duas áreas, o que ressalta não só os estreitos laços entre as famílias, como também uma clara noção de continuidade entre as populações das duas áreas.

II PARTE: HABITAÇÃO PERMANENTE

Com base na memória da comunidade da TI Rio dos Índios pode-se afirmar que a presença indígena na área em apreço remonta a momentos bem anteriores à presença dos não-índios, ainda que por um longo período, que se estendeu até a década de 60, a ocupação indígena ocorresse sem que houvesse um único grupo de moradores, mas núcleos familiares que para ali se deslocavam por longos períodos, prática que coaduna com forma tradicional de ocupação de grande parte das comunidades Kaingang. Desta forma, é correto afirmar que a atual região da cidade de Vicente Dutra é uma área de encontro permanente das várias aldeias Kaingang do Rio Grande do Sul, sendo que após a chegada na década de 1960 da família da Dona Rosa Jacinto, sempre houve grupos familiares Kaingang ocupando a terra dentro dos padrões tradicionais da etnia.

Buscando uma retrospectiva a partir da história oral da comunidade da TI Rio dos Índios, a primeira referência a essa ocupação tradicional data aproximadamente de 1928, quando a mãe do índio Ernesto Salvador (73 anos) chegou ali grávida do mesmo. Este índio saiu do lugar com doze anos, mas tem seu umbigo enterrado na área próxima aos balneários, nas imediações do local onde ficava a moradia da sua família. Além da morada principal, a família contava com uma outra casa de folha de coqueiro do outro lado da pista, a partir da qual era praticada muitas das suas atividades produtivas. Outro relato da presença indígena na área é dado pelo índio Júlio Domingos (63 anos). Segundo esse informante, sua família morou em Rio dos Índios quando ele estava com nove anos, ou seja, por volta de 1946, antes, portanto, da ocupação efetivada por Dona Rosa e sua família na década de 1960.

Diante da presença dos índios de maneira desordenada em alguns lugares da cidade, em 1969, o então interventor federal, Cel. Apio Pereira Vasconcelos determinou a mudança dos Kaingang do sítio conhecido como Água Fria para o local próximo da santinha do balneário da Prefeitura, onde os índios permaneceram por 13 anos. Posteriormente eles foram levados para o lugar onde hoje fica a Empresa Águas do Prado, Turismo e Empreendimentos LTDA, vivendo ali até 1981 quando o então prefeito convenceu a comunidade a se retirar do lugar dizendo-lhes que daria em troca casas já prontas. Do empreendimento os índios foram levados para uma construção que estava paralisada em virtude de irregularidade no seu projeto. Em vista do interesse da Prefeitura na área para construção de um hospital municipal, novamente os índios foram deslocados, sendo levados para onde vivem atualmente. Desta forma, os critérios de localização da aldeia atualmente em prática na TI Rio dos Índios são ditados mais por forças externas do que pelo grupo propriamente dito. O mesmo acontece com o padrão de construção verificado. Todavia, deve-se destacar que por mais que a localização da aldeia se efetive por motivos que vão além dos interesses e das vontades da comunidade, e que as construções se dêem de forma aparentemente precária, a comunidade considera com muita clareza os limites do que é seu território tradicional, não aceitando qualquer deslocamento para longe desta área, sobrevivendo nela apesar da condição de penúria que as pequenas extensões acessíveis lhes impõem.

As moradias estão localizadas ao longo do lajeado do Prado, sendo que existem as casas de madeira e as barracas feitas com lona preta e sobre o chão batido. Há ainda uma igreja da religião Filadélfia e uma escola, as quais apesar de bastante precárias, são construídas de madeira e cobertas com telhas. O aspecto geral da aldeia reflete, em grande medida, todo o processo de espoliação e ingerência vivido pela comunidade. O caráter aparentemente transitório reflete em muito a história da comunidade após o advento da chegada dos regionais. É como se não houvesse a certeza de que aquele é o último lugar para onde serão deslocados. Todavia, é importante destacar que, ao longo da história, suas moradias concentravam-se em grande parte e por um longo período, no que é hoje empreendimento Águas do Prado. Neste

local, muitos dos atuais membros da comunidade nasceram, e outros moraram por longos períodos. Os ali nascidos mostram com bastante orgulho as árvores onde estão enterrados seus umbigos, e são freqüentes os relatos de fatos da infância ali passada. Os índios mais velhos mencionam com precisão a localização das casas dos antigos moradores, quem eram exatamente os seus habitantes e onde se encontram hoje em dia. O local da atual moradia fica a algumas poucas centenas de metros do local da antiga aldeia.

III PARTE: ATIVIDADES PRODUTIVAS

Um primeiro ponto a ser considerado quando se tem em mente as atividades produtivas desenvolvidas na TI Rio dos Índios é o imperativo imposto pela extensão de pouco menos de 2 ha atualmente ocupada pela comunidade. Essa situação condena a comunidade a um estado de privações e a uma grande dependência de fatores externos à conjuntura social do grupo, o que abre espaço para as mais distintas manipulações da comunidade e seus interesses, fato constatável tanto na lida com os regionais, na ação de grupos religiosos na região e também pelas ações do Estado em suas distintas vertentes.

Todavia, o discurso da comunidade aponta para claras evidências de que a situação não teve sempre a atual configuração. Remetendo-se, por exemplo, à já citada memória do índio Ernesto Salvador, percebemos que, além da moradia já mencionada, a família deste índio contava com uma outra casa de folha de coqueiro do outro lado da pista, na parte mais alta próxima as cabeceiras da Sanga Jatai, onde iam caçar, pescar e colher mel, fato que aponta para um outro modelo de ocupação indígena na região que dista do verificável atualmente. A dieta alimentar do grupo naquele tempo era composta principalmente de peixe, caça e frutas coletadas nas proximidades. Na pesca usavam as flechas, ou ainda, o jukré, que é um cipó usado corredoras para deixar os peixes tontos e dar tempo de capturá-los. Da caça obtinham um suprimento de carne de tatu, cutia, mico, entre outros animais de maior porte, além de alguns pássaros. Nas roças colhiam arroz, feijão e milho para comê-los torrados.

Atualmente a principal atividade produtiva desenvolvida pelos Kaingang da TI Rio dos Índios é a venda do artesanato na época do verão para turistas e no resto do ano para os agricultores que usam os cestos indígenas na colheita ou no transporte da produção agrícola. Ainda assim, o lucro que fica para a manutenção de cada família é baixo, já que atualmente eles têm que comprar a matéria-prima para confeccionar seus artesanatos porque não dispõem da mesma na área em que vivem. Tanto os adultos quanto as crianças fazem e vendem artesanato - anéis, canetas revestidas, zarabatanas, arcos e flechas, cestos e uma larga gama de objetos que podem ser feitos com cipó ou linha - pois é do resultado da produção de artesanato que os índios se sustentam.

A caça e a coleta, pela atual situação da área habitada, não estão sendo praticadas e quando os índios a fazem nas fazendas alheias correm o risco de desentenderem-se com os regionais. Vale menção o fato da coleta ter ocupado durante muito tempo um espaço privilegiado nas práticas da comunidade. Por ocasião de visitas ao interior da área ora proposta, a indicação por parte dos índios de locais onde tal prática era efetuada foi uma constante. No interior da área ocupada pelo empreendimento os índios até pouco tempo ainda praticavam a coleta do material necessário à confecção de seu artesanato, entretanto, hoje se encontram impedidos. Da mesma forma eram usadas as áreas próximas às cabeceiras da Sanga Jatai e Bedato, prática que foi gradativamente abandonada sob o peso da ocupação dos regionais e das limitações impostas por essas à comunidade indígena. Até o advento do trabalho de campo a comunidade usava para coleta de lenha uma área localizada em frente à atual aldeia, do outro lado da pista de terra que corta a TI. Todavia, em função das animosidades ocasionadas pela presença do GT, a comunidade foi proibida de efetuar mais essa atividade.

Um índice da importância da coleta nas práticas econômicas do grupo pode ser obtido pela observação do amplo conhecimento que eles detêm sobre a diversidade de espécies vegetais e animais. Algumas plantas, de maior importância nos usos da comunidade, tem sua localização mencionada com absoluta precisão mesmo quando os índios estão falando sobre pontos remotos da TI. Assim, a comunidade consegue mapear com absoluta exatidão quais são os recursos atuais da área, o que é sempre feito tendo como parâmetro de comparação aqueles existentes em tempo pretéritos.

O fato do próprio empreendimento já ter usado a existência da comunidade e de seu artesanato como mais um de "seus" atrativos turísticos corrobora as práticas tradicionais da comunidade. Como forma de viabilizar essa relação entre artesanato indígena e suas práticas comerciais, há dentro do empreendimento uma pequena construção, próxima à entrada, que seria destinado a venda de artesanato por parte da comunidade. Todavia, essa idéia parece nunca ter sido colocada em prática.

A pesca é praticada no lajeado que passa atrás das moradias, apesar dos índios terem reclamado que, em virtude da poluição causada pelos agrotóxicos e demais produtos nocivos aos rios, está cada vez mais difícil encontrar peixe. O lajeado não possui um volume considerável de água, o que fatalmente está ligado à quantidade de pesca que ele pode oferecer. Todavia, os membros da comunidade relatam com muita freqüência as pescarias pretéritas e lembram disso sempre se referindo à importância que as mesmas tinham para o sustento do grupo.

A agricultura é uma atividade de pouco peso no sustento desta comunidade, já que é praticada e em baixíssima escala pelo Cacique Floriano, que tem ao lado e nos fundos de sua casa uma pequena faixa plantada com hortaliças e alguns pés de bananeiras, e por algumas outras famílias, mas todas em pequenas proporções e sem grande repercussão no seu sustento. Na realidade, essa situação é fruto da exígua área à disposição no momento atual. Nas várias entrevistas feitas no decorrer do trabalho de campo ficou clara a importância dada atualmente pelos Kaingang à agricultura. De um

modo geral, esses índios se consideram atualmente profundamente ligados a essa prática e veem nela uma forma de autonomia das comunidades em relação ao contexto regional. No caso de Rio dos Índios, a possibilidade futura de plantar e sustentar a comunidade leva a uma grande expectativa com relação à libertação da submissão aos regionais.

Dada a escassez de alimentos e de matéria-prima para confecção do artesanato, os Kaingang da TI em estudo eventualmente trabalham nas fazendas da região. Todavia, essa atividade não é considerada de forma positiva pelos que a praticam. Há uma clara noção das relações de poder nela presente e da fragilidade que esse tipo de prática impõe à comunidade.

A área ora proposta virá certamente sanar os problemas de subsistência da comunidade como um todo. Os recursos nela existente garantem a subsistência e a recuperação de suas antigas práticas de produção. Existem trechos que ainda preservam um pouco de mata, o que tornaria possível um ressurgimento da coleta, anteriormente praticada. Pelo fato de abranger parte da micro bacia do lajeado Prado, as nascentes das Sargas Jatai e Bedato e parte das propriedades que hoje são agentes de poluição destas águas, é previsível que, em algum tempo, a comunidade possa contar novamente com a pesca para seu sustento. O mesmo deverá acontecer com a caça de animais de pequeno porte que deverão se tornar mais freqüentes em função da recuperação ambiental da área.

IV PARTE: MEIO AMBIENTE

A cobertura florestal, com grande diversidade de espécies, densidade de árvores e de sítios, estende-se por cerca de 40% da superfície total do Rio Grande do Sul. Todavia, em decorrência do processo de colonização européia e da implantação de minifúndios rurais voltados para a agricultura e pecuária, houve uma gradativa e intensa supressão da vegetação nativa. Essa situação atinge de forma direta as comunidades indígenas na medida em que leva a profundas mudanças em suas formas de ocupação do espaço e intensifica a pressão fundiária, com decorrências diretas sobre a qualidade dos solos, matas e água.

A TI Rio dos Índios encontra-se em região ecoclimática, segundo a classificação de Köppen como sendo do tipo-Cf, isto é, temperado chuvoso de ambiente úmido, o que corresponde a um clima com chuvas irregulares, onde a precipitação do mês mais chuvoso apresenta um total compreendido entre 3 e 10 vezes a precipitação do mês mais seco.


Por localizar-se toda ela em latitudes subtropicais ou seja, abaixo do Trópico de Capricórnio, a região onde situa-se a TI Rio dos Índios é sujeita à ação de frentes frias, de origem polar, responsáveis por invernos bastante rigorosos e, pelo menos, 1 mês no ano com temperatura média inferior à 15°C, sendo em julho, quando normalmente se acusa as temperaturas anuais mais baixas. O verão, por sua vez, tende a ser quente, abafado e pouco chuvoso, sendo neste período onde ocorre o mínimo pluviométrico do ano, podendo a temperatura facilmente alcançar a casa dos 40°C. Verifica-se também nesta estação a ocorrência de ventos fracos a moderados, porém fortes quando da ocorrência de fortes tempestades. As condições climáticas acabam por sua vez interferindo no desempenho das atividades produtivas tradicionais dos Kaingang, mormente no que tange ao aproveitamento dos recursos naturais existentes na TI Rio dos Índios, sendo um dos componentes ambientais determinantes na definição da economia indígena e na disponibilidade de espécies animais e vegetais utilizadas pelo grupo no decorrer do ano.

Quando se tem em mente as áreas necessárias à preservação dos recursos naturais imprescindíveis para a comunidade da TI Rio dos Índios, há de se considerar os usos da comunidade no passado e no presente. A consideração das práticas passadas se justifica pelo caráter de resgate da tradicionalidade que se mostra presente no caso em pauta. Desta forma, os estudos de campo indicaram que a área ideal que deveria ser identificada para o atendimento dos anseios da comunidade deveria garantir os principais pontos que estão relacionados à subsistência atual do grupo e atender suas perspectivas futuras, tendo em conta não só o provável deslocamento de outros Kaingang para esta localidade, como também a recuperação por parte da comunidade daqueles usos eleitos por eles como cabíveis e hoje não praticados em função da área atualmente ocupada.

Neste sentido, é importante destacar que um dos principais tópicos das atuais práticas da comunidade está relacionado com o artesanato. Como forma de subsidiar a continuidade desta prática é de uma importância a existência na TI identificada de trechos que ofereçam condições de coleta da matéria-prima para o artesanato. Na área ora proposta, essa possibilidade apresenta-se no trecho onde se encontra o empreendimento já mencionado, que, pelo caráter turístico das atividades ali desenvolvidas, possui ainda boa reserva de cobertura vegetal antropisada, que oferece boas condições de coleta. A região próxima às cabeceiras da Sanga Jatai, dado o seu grau de inclinação e por se tratar de área de nascente também apresenta cobertura vegetal que, a partir de um manejo sistematizado, poderia atender a essa demanda da comunidade. O mesmo caráter se mostra presente nas proximidades das cabeceiras da Sanga Bedato. Ao longo dos pastos e plantações que configuram a parte central da TI, há pequenas extensões de cobertura vegetal que também atenderiam a essa demanda da comunidade. O mesmo acontece ao longo de boa parte do curso do Lajeado Prado.

As extensões atualmente usadas pela agricultura e pecuária e que estão marcadas pela ação antrópica atenderiam, pela perspectiva dos índios, a demanda por terras para as roças familiares, satisfazendo assim a uma das suas principais carências. Essa prática deixaria a comunidade livre das ingerências externas.

Parte das divisas da TI se configuram pelo curso das Sargas Bedato e Jatai, sendo as cabeceiras das mesmas incluídas nos limites propostos. Com essa configuração, a comunidade contaria com duas fontes de água independentes de influências externas, além de ter os limites da área definidos por marcos naturais de fácil constatação. O Lajeado Prado corta a parte central da TI Rio dos Índios no seu

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DOU 51 (68)
Data	8/04/2003 Pg. 001.
Class.	

sentido norte-sul. O referido balneário fica na sua margem esquerda, na porção mais ao norte da terra indígena, na outra margem se encontra a área atualmente ocupada pelas moradias da comunidade indígena. O Lajeado Prado, dado ao seu volume, é uma fonte de água que é atualmente usada pela comunidade para muitas suas atividades cotidianas. Com pleno reconhecimento da TI e a conseqüente diminuição da demanda dos agricultores sobre o lageado, certamente haveria uma melhora na qualidade desta água com o conseqüente aumento do uso por parte da comunidade, o que colocaria esse curso d'água no centro da vida cotidiana da comunidade em suas mais diversas práticas, como ocorreu durante muito tempo.

V. PARTE: REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

A população da TI Rio dos Índios, por ocasião dos trabalhos de campo, era composta por 43, dos quais 41 eram índios, uma pessoa não-índia casada com índio e uma pessoa que, embora não seja índio e não tenha laços de parentesco com os mesmos, vive entre eles e é aceito como parte da comunidade. Desta população cerca de 60% pode ser enquadrada como estando na idade fértil. Todavia, as particularidades da comunidade de Rio dos Índios possui alguns reflexos em seus dados populacionais. A TI, para além de ser uma reivindicação somente dos que ali moram, é uma demanda de várias famílias Kaingang que já residiram no local e desejam voltar, ou que ali possuem parentes com os quais pretendem voltar a morar juntos. Diante deste quadro, a expectativa é que a população, nos primeiros momentos após a regularização da TI, aumente consideravelmente, o que levaria a um quadro demográfico bem diferente daquele verificado por ocasião dos levantamentos. Desta forma, as estimativas relativas ao crescimento populacional da comunidade são pouco confiáveis.

Os grupos familiares são de hábitos nucleares, de forma que a configuração básica de uma casa é o casal e seus filhos solteiros. As mães amamentam seus filhos por mais de dois anos e mantêm os menores sempre muito próximos de si, ou dos irmãos mais velhos. Essas crianças são carregadas, sentadas no quadril da mãe ou irmãos, ou, ainda apesar de estar caindo em desuso, sob uma alça presa na cabeça e que cai sobre as costas.

Parte das atividades de subsistência também são geridas a partir deste padrão de família nuclear e, até certo ponto, parte das decisões são tomadas tendo como norte os acertos travados a partir destes núcleos. As decisões de ordem mais ampla de maior repercussão são tomadas em reuniões onde participam praticamente todos os habitantes, sendo que, visivelmente, os homens tem um maior poder de fala.

Quanto à organização política da comunidade Kaingang de Vicente Dutra, estes contam hierarquicamente apenas com o cacique e o capitão. O primeiro tem como função a defesa dos interesses do grupo, principalmente no que se refere à garantia de sua terra tradicional e a representação da comunidade frente à sociedade nacional. Diferentemente dos tempos antigos, o cacique de uma determinada terra indígena não está subordinado a um cacique geral, mas em determinadas ocasiões pode ocorrer uma aliança entre os vários caciques, os quais passam a adotar uma mesma atitude em relação à determinada situação, como é o caso das lutas pela regularização da área e outros interesses comuns dos Kaingang como um todo. Além do cacique e do capitão, notamos que há um grande respeito por parte dos índios em relação à dona Rosa Jacinto e dona Erondina Vicente, por terem sido as primeiras a ocupar em caráter permanente aquela terra indígena e por guardarem parte da memória do grupo. Esse respeito não se restringe à comunidade em estudo, mas às demais terras Kaingang do Rio Grande do Sul, as quais mantêm um contato permanente com aquela comunidade.

Os Kaingang distribuem-se em metades exogâmicas denominadas Kamé e Kairu que são representadas em dadas circunstâncias por pinturas corporais. Essas pinturas, embora não sejam de uso corrente, foram utilizadas, no decorrer dos trabalhos de campo, durante o ritual da queimação dos remédios. Muito embora não seja algo claro em um primeiro contato com os Kaingang, as metades exogâmicas permanecem como pano de fundo de muitas das práticas da comunidade e dando base a grande parte das relações internas e externas da comunidade.

Em vista do número reduzido de índios e da restrição espacial, os índios de Vicente Dutra se deslocam com certa frequência para outras terras para participarem dos rituais, entre os quais o kiki. Além do kiki havia também o ritual ou festa da caça que, também, foi citado pelos nossos informantes. Um dos poucos rituais que se mostra presente, se não na atuação, mas na memória do grupo, é o Ritual da Queimação dos Remédios. Neste ritual a pessoa recebe sobre a cabeça uma mistura de água com diversos tipos de folhas, além disso há uma espécie de purificação que é feita com a fumaça oriunda da queima de várias ervas, com o objetivo de evitar doenças. As plantas medicinais não são usadas somente durante os rituais, mas no dia-a-dia para curar suas doenças, seja na forma de chá, xarope, banho, garrafada, unguento, entre outros. Tão importante quanto às plantas, são as curas realizadas pelo Kniã ou Kuiuê, personagem que não mais existe hoje na TI, como já havíamos falado anteriormente, por causa justamente de uma outra religião que se sobrepôs à própria religião Kaingang e que impediu que a antiga Kuiuê da comunidade desse continuidade à sua prática.

VI PARTE: LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Através da Portaria 583/PRES/02 foi determinado o deslocamento de técnicos da FUNAI à TI Rio dos Índios, para proceder os levantamentos fundiários e cadastrais da área. Nesta ocasião foram cadastrados os ocupantes não-índios incidentes na referida TI, assim como as principais benfeitorias de cada propriedade. O GT cadastrou 235 ocupantes não-índios. A numeração dos Laudos Cadastrais e Laudos Sócio-Econômicos vão do LC e LS 001 a LC e LS 235. Dentro dos limites da TI Rio dos Índios existem duas realidades diferentes: os ocupantes da área da Empresa Termas Minerais Águas do Prado Ltda. (com uma área de 25,39 ha), destes foram cadastrados cerca de 168 proprietários de cabanas; e os

demais ocupantes moradores da área rural que totalizam, pelos dados obtidos, 67 ocupantes que correspondem a uma área de 660,137 ha.

Das 235 propriedades cadastradas, 168 estão localizadas dentro da ocupação da empresa Termas Minerais Águas do Prado Ltda., com uma área de 25,39 ha; o restante das ocupações cadastradas localizam-se dentro da 1ª Seção do Prado, 3ª Seção do Prado, Chácaras Municipais de Vicente Dutra, Lotes Suburbanos e Lotes Urbanos, ocupando uma área cadastrada de 660,137 ha, totalizando 685,27 ha incluída a área do Empreendimento Termas Minerais Águas do Prado Ltda. As áreas denominadas chácaras municipais ocupam, na sua maioria, os restantes 187 ha das terras cadastradas nesta etapa do trabalho, assim como os lotes urbanos cadastrados no LC nº 051, em nome de Lindolfo de Sousa Kuhn, e outros ainda denominados como lotes suburbanos. A seguir, a relação nominal dos ocupantes não-índios cadastrados.

Relação dos ocupantes não-índios com benfeitorias incidentes na TI Rio dos Índios (2000): Adair da Silva; Adalgise Dagnolli Fuzinato; Adão Saraiva; Adão Silva dos Santos; Adelar Willmann; Ademar Tafarel; Ademir Noronha; Agenor Redel; Aladi Pereira dos Santos; Alceu Kolinski Santos; Alcides Gonçalves; Alcides Oliveira Freitas; Alcides Severino Milani; Alcides Zanin; Aléssio Dalsin; Alma Scheibler; Almir Zanchin Trevisan; Altino Lamm; Alvarina Pires; Amadelino José da Silva; Amair Sarri Tiesca; Ana Helena Strapasson da Silva; Ana Lucia Gutkoski; Ananias dos Santos; Anildo da Silva; Antonio José Garcia; Antonio Luiz Pinheiro; Antonio Pereira dos Santos; Antonio Piovesni; Antonio Valmor dos Santos; Antonio Wilibaldo Hahn; Aparício Pinheiro; Apolinário Geller; Aquelino Spesato; Ari Francisco da Costa; Arizoly Alves Cavalheiro; Aroni Gregjainin; Artemio Brauner; Assoc. Família de Maria; Auto Posto Belenzier; Azir Antonio Bellenzier; Balduino Gasparini; Bombas Diesel São Miguel - Me; Brindal Serviços Gráficos; Bruno Jandrey; Carlos Afonso Albarello; Carlos Alberto Pedrassani; Carlos Redel; Celso César Dorssi; Celso Holz Moveis; Cezar Zambiasi; Claudir Luiz Southier; Cleni de Fátima Milani Alessi; Clenio Almeida; Clenio Tadeu Figueredo Medeiros; Cleuza Prevedelo Marchezan; Clodomiro Farias Antunes; Construções Milani Ltda; Crestani & Filhos Ltda; Dair Jocely Eng; dalmir Amaral; darcí Gomes de Araújo; darcí Kattermann; david Valentin Canello; Daysy Pedroso Martirena; Delbino F. Pereira; Dino Luiz Bortoluzzi; Dione Mara Dalpasquali; Diones Filipin; dorilda Gomes de Lima; Edegar Antonio da Silva; Edela Teolina Land; Edelmar Cezimbra; Edeni Paszinski; Edi Meier; Edite Magdalena Zanatta; Edith Marchioro; Edivino Wommer; Edson Machado; Egon Licks; Eila Reinheimer Lang; Elemar Ereni Wolff; Elias Nunes Fenske; Elibio Otto Land; Elio José Marasca; Elmiro Gotz; Elmo Fritsch; Elton da Silva; Emílio de Oliveira; Eneidi de Almeida Sponchiado; Erivaldo Liegel; Euclides Bilibio; Eugenio Bernart; Eunice Maria Eidt; Evanir Fátima Antunes; Everton Aita Gonçalves; Fiorentina Baldissera; Fiorindo Slaviero; Francisco Ribas Mendes; Frederico Henrique Hartung Fischdick; Funilaria Concórdia Ltda; Gaspar Nicolau do Amaral; Gerson Luiz Weissheiner; Gilberto Luiz Vargas Stein; Gottlieb Bussler; Guido Afonso Guth; Guilherme Dalalana; Guilherme Margutti; Hari Baron; Harri Ferras Lisch; Hilda Fichdick; Idalino dalmolin; Idemar Pereira Coelho; Ilsa Martins Bentes; Ireneo Braga; Irna Viana da Costa; Ivete Bavaresco; Jaime Blas Araújo; Jaime Polezé; João Alberto Ferreira; João Celso Neiss; João dalmolin; João Moraes da Silva; Joel de Ávila Couto; Jones Paulo dallabrida; Jorge A. de Aula Bitencourt; Jorge Klein; Jorge Luiz Kuhn; Jose Amore Ribas; José Armando Forte; José Brombatti; José Carlos Camargo; José Leoni Sturmer; José Mario Rubin Aléssio; Juan Gonçalves Jummenez; Juarez Henrique da Costa; Laudi Confortin; Lauro Greiner; Leandro Kuhn; Leonardo Bilibio; Leonilda Adelnia Lucas; Leonor Sanchez; Leopoldo Osvaldo Flasch; Lindolfo de Sousa Kuhn; Loni Münch Land; Loreci Bilibio; Lucimar Martins; Luiz Alberto Sima; Luiz Antonio Vide; Luiz Carlos de Oliveira; Luiza Fochezatto do Nascimento; Madalise Andreia Requia; Manfredo Handte; Marcos Antonio Alves; Marcos da Silva; Maria Nair Ponsoini; Maria Beatriz Ritter; Maria Erotildes Antunes; Maria Lucide Müller; Maria Mota da Silva; Marli Vera Grahl; Marta Letícia Ge-

raldo Barichello; Metalúrgica Stefanello; Nara Maria Pereira; Nelcir de Fátima Faccin; Neldo José Jung; Neli Maria Bueno; Nelio Silveira; Nelson Vilmar Neuhaus; Neuza Maria Oliveira; Nicolau Lauro Flach; Nivaldo Augusto Faccin; Noemia Diva Pereira; Noemio Paulo Sturmer; Nubia Cezar da Silva; Odilo Elsemboch; Odír Manfio; Odír Mário Rubin Aléssio; Olivério Plegge; Olivio Baczinski; Olivio Sartore; Oracilio F. Walker; Orestes Sanches Chaves; Orildo Antonio de Zorzi; Orizabel Portes Batista; Orvaldo Fanfa Henrique; Osmar José da Silva; Osmar José da Silva Junior; Osmar Luis Bueno; Osmar Max Selzbach; Osmilda Z. Bender; Osvaldo Simonaggio; Paulina Cavi-chon Bilibio; Pedro Alfredo Werlang; Pedro Brondani; Pedro denir Ardenghi Brizola; Pedro Hilário Gotardo; Pedro Jair Marques; Pedro Moreira de Souza; Pedro Novak; Pedro Sperandio; Pery Brizola da Silva; Recuperadora de Transformadores Csn Ltda; Renate Lidia Averbech; Renato José Hammes; Romito Adão Kirten; Roque Egidio de Souza; Sadi Breuning; Saul Gasparetto; Schirley de Oliveira; Sebastião Zilio Cazuni; Selma Lemes da Costa; Serafin Ferreira do Amarante; Sérgio Kuiuava; Sérgio Pinheiro da Silva; Sonia Bastian; Teodomiro Ochoa; Tercio Maciel; Termas Minerais Águas do Prado Ltda; Valdemar Breuning; Valdemar dorigon; Valdinei Narlo; Valdir Cembranel; Valdir Dias da Silva; Vera Luci Valduga de Oliveira; Verena Silva Haubert; Victalino Mazzardo; Vilma dalbosco Stein; Vilmar Maria Patrick; Waldemar Guths; Waldemar Pereira Paixão; Walter Kuhlner; Walter Artur Wilkomm; Willy Carlos Grun e Zilita Garbaski.

VII PARTE: CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A TI Rio dos Índios, conforme identificação e delimitação do GT responsável, está inserida no território tradicional Kaingang situado no extremo noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, em áreas próximas ao rio Uruguai, onde os Kaingang, em tempo pretérito, tinham um pleno domínio. A etnografia confirma a profunda ligação que há na comunidade Kaingang como um todo com este vasto território. Por essas razões, a TI Rio dos Índios deve ser reconhecida como de posse permanente dos Kaingang, de acordo com o artigo 231 da Constituição Federal.

O Lajeado Prado corta a parte central da TI Rio dos Índios no seu sentido Norte-Sul. A aldeia da comunidade se encontra próxima ao limite Norte da TI à margem direita do mencionado lajeado. Na margem oposta e na mesma altura da aldeia se encontra o balneário Termas Minerais Águas do Prado Ltda, área de localização da antiga aldeia e de coleta da comunidade. Na área em frente à atual aldeia, separada desta por uma estrada não pavimentada que corre no sentido Norte-Sul, há uma área que até bem recentemente era usada pela comunidade para coleta de lenha. Atualmente os índios têm seu acesso a esta área impedido pelo proprietário. Esse trecho que se estende da estrada até o morro, em um passado muito recente, era usado pela comunidade em suas atividades de coleta não só de lenha, como também de mel, frutas, material para confecção de artesanato, etc. Entretanto, a antiga cobertura natural está reduzida a um ínfimo trecho de mata que ainda não foi transformado em pasto. Tanto as lembranças antigas quanto as práticas mais recentes apontam para esta área como parte integrante do território da comunidade.

O limite Oeste da área proposta se dá pelo curso da Sanga Jatay de sua nascente até sua confluência com o lajeado Prado. Este fator garantiria à comunidade uma fonte de água isenta de qualquer influência externa à terra indígena. O mesmo aconteceria em seu limite Leste, configurado pelo curso da Sanga Bedato, cuja nascente também se configura como um dos limites extremos da área. A resistência em permanecer em Vicente Dutra, porém, fez com que os índios superassem o orgulho e passassem, na medida do possível, a procurar outras terras indígenas para participar dos rituais, pois os mesmos constituem a essência de suas crenças e valores e é por meio destes que estabelecem um vínculo de identidade com o seu povo de um modo em geral.

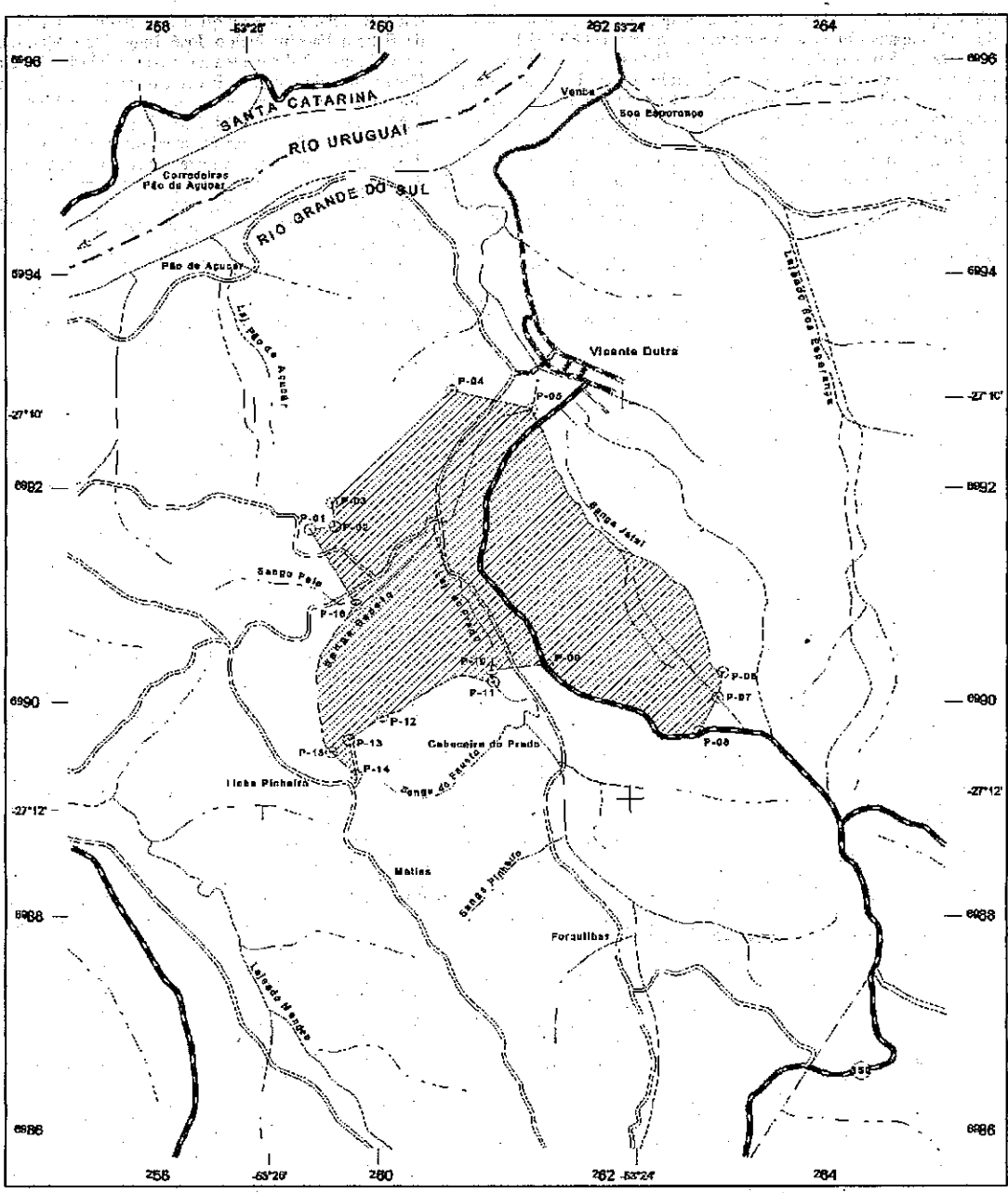
A justificativa para a proposta de delimitação da TI Rio dos Índios, conforme planta de delimitação e memorial descritivo a seguir, encontra-se fundamentada no § 1º do art. 231 da Constituição Federal e representa a garantia da sobrevivência e manutenção dos índios Kaingang que nela habitam.

HÉBER ROGÉRIO GRÁCIO
Antropólogo-coordenador
GT PP 101/PRES/00

ELIANE DA SILVA SOUZA PEQUENO
Antropóloga/CDA/DEID/DAF
FUNAI/UNESCO

MEMORIAL DESCRITIVO - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO NORTE: partindo do Ponto P-01, de coordenadas geográficas aproximadas 27°10'38" S e 53°25'43" WGr., localizado na divisa dos lotes 94 e 95; segue por linha seca, até o Ponto P-02, de coordenadas geográficas aproximadas 27°10'37" S e 53°25'35" WGr., localizado em um canto de cerca; daí, segue pela referida cerca de divisa até o seu final no Ponto P-03, de coordenadas geográficas aproximadas 27°10'29" S e 53°25'36" WGr.; daí, segue por linha seca até o Ponto P-04, de coordenadas geográficas aproximadas 27° 09'56" S e 53°24'56" WGr., situado em pastagem do lote 30 (chácaras Vicente Dutra); daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-05, de coordenadas geográficas aproximadas 27°10'02" S e 53°24'30" WGr. situado na confluência da Sanga Jatay com o Lajeado do Prado; LESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda da Sanga Jatay, a montante, até o Ponto P-06, de coordenadas geográficas aproximadas 27°11'23" S e 53°23'29" WGr., localizado em sua nascente; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-07, de coordenadas geográficas aproximadas 27°11'31" S e 53°23'31" WGr., localizado no canto de divisa do Lote 121 "A" com o 123; daí, segue pela divisa dos referidos lotes, até o Ponto P-08, de coordenadas geográficas aproximadas 27°11'41" S e 53°23'37" WGr., situado na faixa de domínio da Rodovia RS-150. OESTE: do ponto antes descrito, segue pela faixa de domínio da Rodovia RS-150, até o Ponto P-09, de coordenadas geográficas aproximadas 27°11'20" S e 53°24'27" WGr.; daí, segue por uma linha seca acompanhando a divisa dos lotes 101 e 102, até

o encontrar o Lajeado do Prado, no Ponto P-10, de coordenadas geográficas aproximadas 27°11'21" S e 53°24'45" WGr.; daí, segue pelo referido lajeado, a montante, até o Ponto P-11, de coordenadas geográficas aproximadas 27°11'25" S e WGr. 53°24'44" localizado na confluência do Lajeado do Prado com uma sanga sem denominação; daí, segue pela referida sanga, margem esquerda, a montante, até o Ponto P-12, de coordenadas geográficas aproximadas 27°11'35" S e 53°25'21" WGr., localizado na sua nascente; daí, segue por linha seca acompanhando a divisa dos Lotes 12, 13 e 29 até o Ponto P-13, de coordenadas geográficas aproximadas 27°11'42" S e 53°25'32" WGr., localizado em uma estrada que demanda a estrada principal da linha Pinheiro; daí, segue pela estrada até o Ponto P-14 coordenadas geográficas aproximadas 27°11'52" S e 53° 25'30" WGr. localizado na divisa dos lotes 11, 29, 30 e 73. SUL: do ponto antes descrito, segue pela divisa dos lotes 11 e 73, até encontrar a Sanga Bedato, no Ponto P-15, de coordenadas geográficas aproximadas 27°11'45" S e 53°25'38" WGr.; daí, segue pela referida sanga, a jusante, até o Ponto P-16, de coordenadas geográficas aproximadas 27°11'01" S e 53°25'29" WGr., localizado na sua confluência com a Sanga Feia, no canto de divisa do Lote 94; daí, segue por linha seca acompanhando a divisa do Lote 94, até o Ponto P-01, início da descrição deste perímetro. OBS: 1) base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SG.22-Y-C-II-1, escala 1:50.000 - DSG - 1979; 2) fica excluída da presente descrição perimétrica, a superfície referente a Faixa de Domínio da Rodovia RS 150. Responsável Técnico pela Identificação dos Limites: Sergio de Campos, Engenheiro Agrimensor - AER Curitiba - CREA-SP 40.231/D.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- POSTO INDÍGENA, CAMPO DE POUJO
- ALDEIA INDÍGENA, MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DIVISA, PONTO DE SATÉLITE
- PONTO DIGITALIZADO, DIREÇÃO DE CORRENTE
- PLACA INDICATIVA, CERCA DE ARAME
- RODOVIA DE INVESTIMENTO SÓLIDOS
- RODOVIA TRANSITÁVEL O ANO TODO
- RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM, CAMINHO
- RIO PERMANENTE, RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA, TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- LIMITE ESTADUAL, LIMITE MUNICIPAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

DESCRIÇÃO:		PLANTA:	
TERRA INDÍGENA RIO DOS ÍNDIOS		DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO:		PERÍMETRO:	PERÍMETRO:
VICENTE DUTRA		715 ha	13 km
ESTADO:		ESCALA:	DATA:
RIO GRANDE DO SUL	AZER	1:50.000	12/08/2001
PASSO FUNDO		PROZÉDIO:	
MI-2885/1		BASE CARTOGRÁFICA:	
MI-2885/1		MI-2885/1	
<small>DESP. TERC. DEFINIÇÃO LIMITE</small>	<small>DESP. TERC. IDENTIFICAÇÃO LIMITE</small>	<small>VISTO CONTRA DO DEB.</small>	<small>PORTARIA N.º</small>
<small>HELENE RODRIGUES CUNHA</small>	<small>SÉRGIO DE CAMPOS</small>	<small>MARCELO FRANCISCO ODOMBO</small>	101/PRES/FUNAI/03
<small>ARTEF. POLÍGONO 04/07/02</small>	<small>ENR. 04/03/02</small>	<small>ENR. 04/03/02</small>	<small>ENR. 04/03/02</small>